

LUTA CONTRA PRIVATIZAÇÃO



*Eletricitários
paralisam atividades
contra venda das
distribuidoras da
Eletrobras*



TRIBUNA LIVRE

O QUE PLANEJAM PARA O BRASIL

Por José Álvaro Cardoso e Samya Campana, economistas

A esta altura dos acontecimentos no Brasil já está claro para muitos que só os trabalhadores, conscientes e organizados, conseguirão barrar o golpe em andamento. Comprovação desse fato tem sido as vitórias recentes dos eletricitários: foi anunciada no Congresso o adiamento da votação do projeto de Lei 9.463/18, que trata especificamente da privatização da Eletrobrás, para o ano que vem; o ministro do STF, Lewandowski, entrou com liminar suspendendo o leilão das distribuidoras, que estava previsto para acontecer nos próximos meses; em função da liminar do STF, o BNDES teve que cancelar um pregão que faria para definir formatação da privatização da Eletrobrás. Além disso, conseguiram: a suspensão das vendas das SPEs (Sociedades de Propósito Específico e que são parte dos ativos da empresa), liminar determinando suspender o contrato da FSB Comunicação, empresa que foi contratada pela direção da Eletrobrás para desgastar a imagem da Empresa, e outra liminar retirando a Cepisa (Piauí) do leilão das distribuidoras.

Evidente que tem sido importante o papel dos poucos parlamentares nacionalistas, e tem havido também um ótimo trabalho dos sindicatos na dimensão jurídica e no aspecto da comunicação nas redes sociais. Todas essas iniciativas são relevantes. Mas a alavanca das vitórias tem sido a atenção e a mobilização da categoria. As organizações sindicais têm conseguido mostrar para parcela crescente da sociedade, que a privatização do sistema elétrico não passa de uma grande negociata para entregar patrimônio público estratégico, a preços de banana, com profundo comprometimento da soberania energética nacional e da qualidade de vida do povo brasileiro. As organizações dos eletricitários têm mostrado que um dos efeitos imediatos da privatização será um significativo aumento do preço da conta de luz para todos os níveis sociais.

Diante das intenções do governo no que se referem às empresas públicas estratégicas, a sensação que temos é que o Brasil perdeu uma guerra que ele mesmo provocou e agora está sendo governado pelo inimigo. Querem entregar o sistema elétrico brasileiro porque ele é "filé mignon" e proporcionará muito mais lucro, principalmente aos grupos econômicos que o arrematarem à preço de banana, e em detrimento dos bolsos de todo mundo. A Eletrobrás é o maior sistema elétrico da América Latina e a 6ª maior estatal de energia do mundo. A privatização do setor elétrico no Brasil será útil apenas para ajudar a resolver os problemas das multinacionais do setor e dos grupos financeiros que vão ganhar dinheiro com a privatária, que caracteriza sempre os processos de privatização em todo o mundo.

Quem vivenciou, na década de 1990, a primeira onda neoliberal que devastou a América Latina e que, no caso do Brasil, significou a privatização de mais de 100 empresas, feito a toque de caixa e com pouca transparência, sabe que estes processos visavam basicamente aliviar a crise para as grandes empresas multinacionais. Para o Brasil e sua população restou apenas preços públicos mais altos, precarização das condições de trabalho e maior desnacionalização de setores estratégicos da economia brasileira. O pretexto usado à época era que o dinheiro da venda das estatais seria destinado à redução da dívida pública. O fato concreto é que, no período de governo de Fernando Henrique Cardoso, quando ocorreu a maioria das privatizações, o Brasil perdeu suas estatais e, em simultâneo, a dívida pública aumentou dramaticamente. Em 1994, ainda no governo Itamar, a dívida correspondia a 30% do PIB; e no último ano do segundo governo FHC, em 2002, a dívida já havia alcançado 50% do PIB.

O sistema Eletrobrás, além de ser estratégico para o país sob todos os pontos de vistas, é um verdadeiro tesouro como fonte de receita, por isso os especuladores estão de olho. Querem inclusive aproveitar uma das maiores recessões da história do Brasil para adquirir ativos valiosíssimos, na "bacia das almas". Em condições normais, empresas estratégicas como essas jamais seriam vendidas, mesmo diante de eventuais problemas como a corrupção ou de natureza gerencial. Os trabalhadores da Eletrobrás são altamente qualificados e junto com os sindicatos têm incansavelmente denunciado as ingerências, os desmandos, abusos e casos de corrupção, eventualmente verificados nas empresas do Sistema. Como acontece também nos casos da entrega do pré-sal e desmonte da Petrobrás, da destruição da CLT, do congelamento dos gastos com saúde e educação por 20 anos, e da entrega da Embraer, não há um pinga de patriotismo ou de nobreza na tentativa de entregar o Sistema Eletrobrás para as empresas estrangeiras. Só o que existe nessa ação é uma política contra o Brasil e sua população. Que governo, senão aquele que está a serviço de uma potência estrangeira, iria tentar vender o próprio sistema elétrico do país, estratégico sob todos os pontos de vistas, e que é um verdadeiro tesouro como fonte de receita? Que governo tentaria torrar um sistema avaliado em R\$ 370 bilhões, como a Eletrobrás, por menos de 10% do seu valor?

A tentativa de privatização do sistema elétrico brasileiro, longe de ser um raio em céu azul, deve ser compreendida dentro do processo político que está se desenvolvendo no país em termos gerais. O país sofreu um golpe, que está mudando profundamente a relação do Estado com a sociedade. O governo que é fruto de um golpe financiado por multinacionais está cumprindo rigorosamente a agenda das empresas estrangeiras, assim como de sua base no Congresso Nacional. É nesse contexto que deve ser entendido o PL 9.463/18. O roteiro é conhecido, a partir da experiência histórica de outros países: converter o Brasil numa economia totalmente dominada por multinacionais, simples provedora de matérias-primas para o mundo desenvolvido e importadora de produtos industrializados em geral.

ELETOBRAS

ELETRICITÁRIOS PARALISAM ATIVIDADES CONTRA A VENDA DAS DISTRIBUIDORAS DA ELETOBRAS

Trabalhadores das distribuidoras fazem greve de 48 horas contra venda das empresas

Contra a privatização das distribuidoras de energia dos estados do Alagoas, Acre, Amazonas, Piauí, Rondônia e Roraima, cerca de 10 mil trabalhadores, sendo 6.500 funcionários diretos e mais de 4 mil trabalhadores terceirizados, estão paralisando suas atividades por 48 horas. A manifestação iniciou nesta quarta-feira, dia 25 e se estende pelo dia 26, quinta-feira, mobilizando a categoria a lutar pela manutenção do patrimônio público brasileiro, principalmente após a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmén Lúcia, ter negado liminar pedida pela Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel) para suspender o leilão das seis distribuidoras. Este é mais um ato de resistência ao projeto privatista do Governo Temer, que tem como objetivo imediato a venda da Eletrobras, começando pelas distribuidoras federalizadas.

CELESC

CELESQUIANOS ELEGERÃO NOVO DIRETOR COMERCIAL

Prazo para inscrição de candidaturas vai até sexta-feira, dia 27

No início de setembro os trabalhadores da Celesc elegerão, novamente, um trabalhador da empresa para ocupar a cadeira de Diretor Comercial. Garantida no Estatuto da empresa e no Acordo de Acionistas da Celesc, a eleição para Diretoria Comercial foi uma conquista dos trabalhadores junto aos sindicatos da Intercel, oportunizando a categoria a escolher democraticamente sua representação na Diretoria da Celesc.

As regras para o pleito foram deba-

tidas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Celesc na última quinta-feira, 19/07 e divulgada aos trabalhadores através do e-mail corporativo. O prazo de inscrição para candidatura se encerra nesta sexta-feira, dia 27. A campanha será entre os dias 10 e 31 de agosto. A eleição será realizada nos dias 3 e 4 de setembro.

Realizada pela quinta vez, a eleição para diretor comercial será a primeira sobre a ótica da Lei das Estatais

(13.303), que impõe uma série de requisitos para ocupação de cargos colegiados em empresas públicas e de economia mista. Dois casos de adequação a lei já aconteceram na Celesc. Primeiro o Representante dos Empregados no Conselho de Administração, Leandro Nunes, renunciou ao mandato no Sindinorte para continuar representando os trabalhadores. Recentemente, Nelson Santiago deixou a Diretoria de Gestão Cooperativa por não atender os requisitos da Lei.

ELETOBRAS

TRABALHADORES APROVAM PLR EM ASSEMBLEIAS

Parte incontroversa da PLR 2017 pode ser paga a partir de agosto

Os sindicatos do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) realizaram assembleias para apreciação da proposta da Eletrobras para pagamento da Participação nos Lucros e Resultados 2017. A proposta da empresa é pagar a PLR em até duas parcelas, uma inicial em agosto/2018, para empresas que tem fluxo de caixa, como é o caso da Eletrosul. A segunda parcela deve ser paga em novembro. As empresas que não tem fluxo de caixa devem pagar em parcela única, em novembro. O encaminhamento do CNE nas assembleias por todo o Brasil foi de aprovação da proposta e do calendário de pagamento. Isso permite o recebimento da parte incontroversa da PLR, uma vez que o CNE já notificou extra judicialmente a Eletrobras, de que não concorda com os números apresentados para apuração das metas, bem como não concorda com a interpretação de que 30% do montante da PLR não será paga aos trabalhadores de nenhuma empresa, devido ao balanço da Eletrobras não registrar lucro. Isso representa 60% de uma folha salarial, ou seja

EMPRESAS	100% = DUAS FOLHAS DE PAGAMENTO			% SOBRE UMA FOLHA DE PAGAMENTO
	30%	30%	40%	
	LUCRO LÍQUIDO DA HOLDING	RENTA POR EMPRESA / 25% DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS A HOLDING	OPERACIONAS	
HOLDING - CEPEL				
ELETOBRAS	0,00%	0,00%	91,3%	73,04%
GERADORAS E TRANSMISSORAS				
CHESF *	0,00%	99,0%	99,8%	94,68%
ELETRONORTE	0,00%	0,00%	92,4%	73,96%
ELETRISUL	0,00%	100%	98,3%	138,67%
FURNAS	0,00%	0,00%	100,0%	80,00%
AMAZONAS G&T	0,00%	0,00%	78,0%	62,40%
GERADORAS				
ELETRONUCLEAR	0,00%	0,00%	98,3%	78,61%
OGITEE	0,00%	0,00%	11,7%	9,33%
DISTRIBUIDORAS				
ACRE	0,00%	0,00%	86,3%	69,01%
ALAGOAS	0,00%	0,00%	85,0%	68,00%
AMAZONAS-D	0,00%	0,00%	69,5%	55,57%
PIAUI	0,00%	0,00%	90,0%	72,00%
RONDONIA	0,00%	0,00%	85,0%	68,00%
RORAIMA	0,00%	0,00%	76,7%	61,33%

30% do valor máximo da PLR, que é de 2 folhas salariais. Por esse cálculo, o montante a ser distribuído para os trabalhadores da Eletrosul é de aproximadamente 1,39 folha salarial. Os sindicatos que compõem a Intersul já realizaram todas as assembleias e aprovaram o indicativo nacional. Após o pagamento, o CNE pretende contestar judicialmente a apuração de metas apresenta-

das pela Eletrobras e ainda rever a interpretação de lucro dada pela Holding, para tentar recuperar a parcela controversa, o que poderia elevar o montante de PLR a ser distribuído para aproximadamente 2 folhas salariais, conforme o estabelecido no termo de pactuação vigente desde a ata de mediação no TST. Ação semelhante já tramita no Tribunal, referente a PLR 2015.

ELETOBRAS

GOVERNO DECIDE MANTER LEILÃO DA CEPISA

Ministra do TST suspende liminar que impedia leilão das distribuidoras

Está marcado para quinta-feira, dia 26, o leilão de privatização da Cepisa, distribuidora de energia do Piauí. Em entrevista ao jornal Valor Econômico, o presidente da Eletrobras, Pinto Jr, afirmou que as seis distribuidoras da companhia, além de algumas estatais estaduais, como Cemig e Copel, são as últimas que ainda não estão sob controle privado. "Estamos vendendo as últimas oportunidades de expansão no setor de distribuição de energia brasileiro". Pinto Jr destacou ainda que as outras cinco distribuidoras - Amazonas Energia (AM), Eletroacre (AC), Ceron (RO), Boa Vista Energia (RR) e Ceal (AL) - deverão ser licitadas em

bloco provavelmente em 30 de agosto. A ação popular proposta pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) contra o edital teve liminar indeferida, uma vez que a Ministra Carmen Lúcia, entendeu que a decisão do presidente do Tribunal deve prevalecer sobre o seu entendimento. A argumentação das entidades sindicais, no entanto, é diferente da avaliada pelo juiz, e sustenta que as leis que autorizam a privatização das distribuidoras estavam num contexto diverso do de hoje, relacionada a diminuição das dívidas nos Estados. O CNE já anunciou que irá apresentar recurso da decisão, mantendo a luta contra a privatização.

ASSEMBLEIA

- Estadual -

LAGES

Dia 04 de agosto

ABECELESC - Avenida João Goulart, S/N
(Anexa à subestação da Celesc - Lages)

- Manutenção da Celesc Pública
- Garantia de emprego
- Reajuste salarial
- Manutenção do ACT
- Recomposição do Quadro de Dotação

Intercel
INTER-SINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SANTA CATARINA

ENERGIA É UM BEM PÚBLICO

Sintresc - Saesc - Sinergia - Sindinorte - Stieel - Sintevi

PARTICIPE!

LM

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da INTERCEL e da INTERSUL
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (MTE 3489/SC) | Conselho Editorial: Wanderlei Lenartowicz
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 | E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

SEM TETO, SEM CHANCES... EXCLUÍDOS

É preciso colocar-se na pele do irmão para saber sua dor. Olhar com os seus olhos, sentir com os seus sentidos, almoçar em sua mesa. É necessário despir-se de preconceitos e abraçar suas causas. Saber ouvir, aprender a calar. Ponderar. Se você lê este texto e mora numa casa própria, está empregado e sua família tem posses, possui uma opinião. Se é um despossuído da vida, convive entre a dúvida, a miséria e o medo, e sua família é explorada há gerações, é outra realidade. Nosso país governado por corruptos vive uma luta de classes disfarçada, onde o poder econômico sufoca os mais pobres e privilegia os detentores do capital. O déficit habitacional é um triste fato que demonstra a inversão de valores e a desproporcional e criminosa concentração de rendas. 33 milhões de brasileiros não têm onde morar, segundo relatório do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos. A falta de moradia aumenta o número de invasões e a população favelada (mais de 12 milhões de seres). Toda ocupação é resultado de um duplo abandono: o das famílias, que não têm assegurado o seu direito à moradia, e o dos edifícios ou terrenos que não cumprem sua função social. Levantamento feito pela Fundação João Pinheiro — referência nacional sobre o tema — do governo de Minas Gerais, mostra que são mais de sete milhões os imóveis abandonados (79% localizados em áreas urbanas e 21% em áreas rurais), enquanto 6,35 milhões de famílias precisam de uma residência. "Temos mais casa sem gente do que gente sem casa", afirma Guilherme Boulos, líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. São Paulo é o estado recordista neste descalabro, seguido por Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Maranhão. A luta por moradia é necessária e legítima. Ninguém ocupa porque quer, mas por necessidade, para não ficar em situação de rua. É necessário pressionar o poder público a assumir sua responsabilidade. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, quase 85% das famílias sem moradia ganham até três salários mínimos e sofrem com o gasto excessivo com aluguel. Mais de três milhões de pais e mães de família precisam decidir todo mês entre pagar o aluguel ou sustentar os filhos. Não se pode crimi-

nalizar a luta social, ela é justa, pois o processo de urbanização do país está diretamente ligado à especulação imobiliária. A propriedade privada não é um direito absoluto; a Constituição Federal assegura este direito desde que o imóvel cumpra uma função social. O Brasil está entre os países com maior déficit habitacional do planeta, ao lado da Índia e da África do Sul. O número de brasileiros que reside em situação extremamente inadequada (déficit qualitativo) atinge 54 milhões de pessoas. São domicílios precários, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados. Nosso povo segue a cada dia resistindo como pode e inseguro com o amanhã. Movimentos urbanos de trabalhadores sem-teto afirmam que "enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito". As famílias que vivem em ocupações são vítimas do descaso, da irresponsabilidade estatal e da especulação imobiliária, enquanto o artigo 6º da Constituição Federal dispõe sobre a moradia e a assistência aos desamparados como direito social. Para o MTST, criado em 1997, as ocupações são "o grito de um povo que não suporta viver calado em seus buracos nem a continuar sofrendo humilhações por viver de favor na casa de alguém". Crianças, idosos e mulheres estão nesta luta desigual e ancestral. Grande parte das bases sociais dos movimentos dos sem-teto é composta por mulheres. É o que afirma a cientista política da PUC Nathalia Oliveira. Muitas delas são negras e migrantes. Chefes de família, jovens, idosas, mães e avós. Criam seus filhos e netos sozinhas e enfrentam o sistema político e econômico com delicadeza e valentia. São trabalhadoras de baixa renda, desempregadas, ex-lavradoras, vendedoras ambulantes, catadoras de material reciclável, donas de casa e pessoas em fuga da violência machista. Têm esperança no futuro, por isso lutam e não se entregam, resistem, insistem. A conquista de uma moradia digna torna-se urgente e vital para sua sobrevivência e a de sua família. É preciso um outro olhar, que contemple a diversidade, os excluídos, os sem-valia. É preciso coragem para enfrentar esta questão que não pode mais ser abordada por cínicos e demagogos.



POR EDUARDO WAAC
POETA E JORNALISTA, EDITOR DE O BOÊMIO — CULTURA
POPULAR INDEPENDENTE E EVOLUCIONÁRIA.